RESOLUÇÃO COEPE/UEMG Nº 243, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Design de Moda da Escola de Design, Campus de Belo Horizonte.

O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - COEPE, da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Design de Moda da Escola de Design, Campus de Belo Horizonte, nos termos do Regimento Geral da UEMG, da Resolução CONUN/UEMG Nº 280, de 18 de junho de 2013, e da Resolução CNE/CES nº 5, de 8 de março de 2004.

Art. 2º O Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Design de Moda da Escola de Design, Campus de Belo Horizonte, apresentará estrutura curricular com carga horária total de 3.210 horas, distribuídas em 2.160 horas de disciplinas obrigatórias, 240 horas de disciplinas optativas, 120 horas de elevas, 210 horas de Estágio Curricular Supervisionado, 150 horas de Atividades Complementares, e 330 horas de Atividades de Extensão, com integralização mínima de 4 anos e máxima de 7 anos, funcionamento no turno da tarde, oferta de 40 vagas anuais para entrada no primeiro semestre, regime de matrícula por disciplina e sistema de créditos curriculares.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Retoria da Universidade do Estado de Minas Gerais, aos 30 de dezembro de 2019.

Lavinia Rosa Rodrigues
Presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

03 1309380 - 1

Editais e Avisos

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – COMARCA BELO HORIZONTE JORNALISMO/MG RESUMO – RESOLUÇÃO 01/2020

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL, no uso de atribuição prevista no artigo 9º, inciso XII e no artigo 132, ambos da Lei Complementar Estadual nº 65, de 16 de janeiro de 2003, e no artigo 7º da Deliberação nº 006/2011 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e considerando o teor da Resolução 206/2019; RESOLVE: Art. 1º - Homologar a Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS, para o preenchimento de cadastro reserva no programa de Estágio não Obrigatório Direto, na área de Jornalismo, realizado na Comarca de Belo Horizonte, na forma do Anexo desta resolução. Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, podendo também ser visualizada no site www.defensoria.mg.def.br, Espaço cidadão/Estágio e Serviço Voluntário, Serviços, Processo Seletivo. Assina: Gério Patrocínio Soares. Defensor Público-Geral.

Belo Horizonte, 03 de janeiro de 2020.

4 cm -03 1309484 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS e PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A. Espécie: Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 9216918/2019. OBJETO: Reequilíbrio econômico-financeiro (aumento do valor unitário da gasolina e do óleo diesel) do Contrato nº 9216918/2019, derivado do Quinto Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 78/2019/SEPLAG-MG. Valor Total: R\$ 9.149,40 (nove mil, cento e quarenta e nove reais e quarenta centavos). Signatários: Gério Patrocínio Soares e Glaucius de Lucca Braga.

Belo Horizonte, 03 de janeiro de 2020.

3 cm -03 1309613 - 1

PROCESSO SELETIVO DE ESTÁGIO – COMARCA ALÉM PARAÍBA/MG RESUMO – RESOLUÇÃO 02/2020

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL, no uso de atribuição prevista no artigo 9º, inciso XII e no artigo 132, ambos da Lei Complementar Estadual nº 65, de 16 de janeiro de 2003, e no artigo 7º da Deliberação nº 006/2011 do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e considerando o teor da Resolução 206/2019; RESOLVE: Art. 1º - Homologar a Classificação Final dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado - PSS, para o preenchimento de cadastro reserva no programa de Estágio não Obrigatório Direto, na área de Direito, realizado na Comarca de Além Paraíba, na forma do Anexo desta resolução. Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, podendo também ser visualizada no site www.defensoria.mg.def.br, Espaço cidadão/Estágio e Serviço Voluntário, Serviços, Processo Seletivo. Assina: Gério Patrocínio Soares. Defensor Público-Geral.

Belo Horizonte, 03 de janeiro de 2020.

4 cm -03 1309485 - 1

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONVÊNIO PMMG – 11º RPM x Município de São João da Lagoa/MG; Convênio nº 01/2020; Objeto: Aperfeiçoar o Policiamento Ostensivo e a Preservação da Ordem Pública no Município de São João da Lagoa/MG; Valor total do Convênio: R\$28.800,00; Vigência: data de publicação até 31/12/2020.

2 cm -03 1309377 - 1

EXTRATO DE CONVÊNIO PMMG-4º Cia PM Ind. X Prefeitura Municipal de Frutal. Convênio de Cooperação Mutua nº 02/2020. Objeto: aperfeiçoamento do policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020. Valor: R\$168.000,00

2 cm -03 1309376 - 1

EXTRATO DE CONVÊNIO PMMG – 24ºBPM/6ºRPM x PREFEITURA MUNICIPAL DE ILICÍNEA /MG – Convênio nº 02/2020. Objeto: Cooperação mútua entre os convenientes visando o aperfeiçoamento do policiamento ostensivo no município de Ilícinea/MG; Valor Total: R\$35.156,88 (Trinta e cinco mil cento e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos). Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020.

2 cm -03 1309396 - 1

EXTRATO DE CONVENIOS PMMG-EM/17RPM x Município de Conceição dos Ouros/MG. Convênio: Objeto: Aperfeiçoar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Vigência: 04/01/20 a 31/12/20. PMMG-EM/17RPM x Município de Jacutinga/MG. Convênio: Objeto: Aperfeiçoar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Vigência: 04/01/20 a 31/12/20. PMMG-EM/17RPM x Município de Silvanópolis/MG. Convênio: Objeto: Aperfeiçoar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Vigência: 04/01/20 a 31/12/20. PMMG-EM/17RPM x Município de Conceição das Pedras/MG. Convênio: Objeto: Aperfeiçoar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Vigência: 04/01/20 a 31/12/20. PMMG-EM/17RPM x Município de Cachoeira de Minas/MG. Convênio: Objeto: Aperfeiçoar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Vigência: 04/01/20 a 31/12/20.

PMMG-EM/17RPM x Município de Tocos do Moji. Convênio; Objeto: Aperfeiçoar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Vigência: 04/01/20 a 31/12/20. PMMG-EM/17RPM x Município de Cambui/MG. Convênio; Objeto: Aperfeiçoar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública. Vigência: 04/01/20 a 31/12/20.

6 cm -03 1309388 - 1

EXTRATO DE CONVÊNIO PMMG-4º Cia PM Ind. X Pref. Mun. de Comendador Gomes. Conv. de Coop. Mutua Nº 05/2020. Objeto: aperfeiçoamento do policiamento ostensivo e preservação da ordem pública. Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020. Valor: R\$ 51.840,00.

1 cm -03 1309383 - 1

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO PMMG-EM/17RPM x Município de Côrego do Bom Jesus/MG. Convênio 2019; 1º Aditivo. Objeto: Remanejamento de valores no Plano de Aplicação. Vigência 22/10/19 a 31/12/19.

CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PMMG – EM/17RPM x Município de Conceição das Pedras/MG. Cessão de Uso de imóvel; Objeto: Imóvel situado à Rua Apulcro de Castro Teodoro, 05, B. Centro, 104,40m² de área construída. Vigência: 04/01/20 a 04/01/25.

2 cm -03 1309397 - 1

EXTRATO DE CONVÊNIO PMMG – 24ºBPM/6ºRPM x PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA /MG – Convênio nº 03/2020. Objeto: Cooperação mútua entre os convenientes visando o aperfeiçoamento do policiamento ostensivo no município de Boa Esperança/MG; Valor Total: R\$74.880,00 (Setenta e quatro mil oitocentos e oitenta reais). Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020.

2 cm -03 1309399 - 1

EXTRATO DE CONVÊNIO PMMG – 24ºBPM/6ºRPM x PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DA VARGEM /MG – Convênio nº 04/2020. Objeto: Cooperação mútua entre os convenientes visando o aperfeiçoamento do policiamento ostensivo no município de Santana da Vargem/MG; Valor Total: R\$75.600,00 (Setenta e cinco mil e seiscentos reais). Vigência: 01/01/2020 até 31/12/2020.

2 cm -03 1309401 - 1

EXTRATO DE RESCISÃO DE COMODATO PMMG - 17ª Cia PM Ind x Consep de Alvinópolis. Objeto: Devolução de materiais eletrônicos por desinteresse das partes, sem ônus ao erário.

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO PMMG - 17ª Cia PM Ind x Consep de Alvinópolis. Termo de Doação 41/19. Objeto: Logística para policiamento ostensivo. Valor: R\$ 2.449,49.

2 cm -03 1309408 - 1

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMMG – 46º BPM x Município de Romaria/MG. 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 02/2019. Objeto: Altera a Cláusula Sexta – Do Prazo de Vigência. Vigência: 02/01/2020 a 31/12/2020.

1 cm -03 1309429 - 1

EXTRATO DE CONVÊNIO PMMG – 6º RPM/8º BPM x Cooperativa dos Produtores de Cafés Especiais de Santo Antônio Estofate Coffee Ltda (SANCOFFEE), situado no município de Santo Antônio do Amparo/MG – Convênio 02/2020. Objeto: Cooperação mútua. Vigência: 02/01/2020 até 31/12/2020. Valor: R\$ 13.200,00.

2 cm -03 1309407 - 1

EXTRATO DE CONVÊNIO PMMG-4º Cia PM Ind. X Pref. Mun. de Fronteira. Conv. de Coop. Mutua Nº 03/2020. Objeto: aperfeiçoamento das atividades de polícia ostensiva e preservação da ordem pública. Vigência: 01/01/2020 a 31/12/2020. Valor: R\$ 156.000,00

1 cm -03 1309360 - 1

DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS ATO DE CONVOCAÇÃO PARA POSSE O CORONEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS, no uso de suas atribuições contidas no Regulamento da Diretoria de Recursos Humanos da PMMG (R-103), aprovado pela Resolução nº 3.875, de 08ago06, CONVOCA para POSSE, a candidata abaixo relacionada, NOMEADA conforme publicado no jornal Minas Gerais nº 2, de 03jan20, em cumprimento de Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Relator Armando Freire, do Órgão Especial do TJMG, no Mandado de Segurança nº 1 0000 19 145361-2/000, tendo em vista sua aprovação no concurso público de que trata o Edital SEPLAG/PMMG nº 06/2014, homologado em 16 de setembro de 2015, para o cargo do Colégio Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG:

BELO HORIZONTE - METROPOLITANA B		
PEB ARTE		
CLASSIFICAÇÃO	NOME	IDENTIDADE
2º	CRISTINA RODRIGUES LEAL	12241711

A candidata deverá comparecer, com a documentação descrita no edital, na Unidade do CTIPM/Gameleira, situada na Avenida Amazonas, 6455, Gameleira, Belo Horizonte, MG, CEP 30510-000, telefones (31) 2123-1255 e 2123-1256, na data e horário explicitado no cronograma abaixo:

CRONOGRAMA DE POSSE	
DATA	06/01/20 a 03/02/20
HORÁRIO	9h às 12h

OSVALDO DE SOUZA MARQUES, CEL PM DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS

7 cm -03 1309400 - 1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MILITARES - IPSM

QUINTO TERMO ADITIVO ao contrato nº 9216981/2019 que entre si celebraram o IPSM e a Petrobras Distribuidora S/A; Do Objeto: Alterar os preços dos combustíveis (gasolina e óleo diesel) por meio de reequilíbrio econômico financeiro, conforme prevê o art. 65, inciso II, alínea d, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com a Cláusula Sétima e o subitem 15.1 da Cláusula Décima Quinta do Contrato Original, bem como o contido na Nota Técnica nº 32/SEPLAG/DCGL/2019 e Memorando SEPLAG/DCGL nº 160/2019 e Ofício Circular SEPLAG/DCGL nº 23/2019, redigidos pela Diretoria Central de Gestão Logística; Do Preço: O valor global estimado da contratação passa de R\$ 47.140,80 para R\$ 48.936,30; Das Dotações Orçamentárias: As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias abaixo descritas, neste final de exercício financeiro (2019) e no próximo (2020) ou outra(s) que vier(em) a substituí-las: 2121 09 122 705 2 018 0001 3 3 90 30 26 0 49 1; e 2121 10 122 705 2 017 0001 3 3 90 30 26 0 49 1; Das Demais Cláusulas: Permanecem mantidas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do contrato original e respectivos termos aditivos, não sendo alterados pelo presente instrumento; Foro: Belo Horizonte; Data: 02/01/2020; Signatários: Fabiano Villas Boas, Cel PM QOR Diretor de Saúde, por contratante; Glaucius de Lucca Braga, por contratada.

5 cm -03 1309389 - 1

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DE MINAS GERAIS - DETRAN-MG EDITAL DE LEILÃO Nº 00985/2020 - CONSERVADOS / SUCATAS APROVEITÁVEIS

O ESTADO DE MINAS GERAIS, pelo Departamento de Minas Gerais - DETRAN-MG, órgão integrante da estrutura orgânica da Polícia Civil de Minas Gerais, em conformidade com o disposto no art. 22, inciso I, e art. 328, Caput, §§ 14 e 15, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro); e cõsante com a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 623, de 6 de setembro de 2016, torna público que realizará LEILÃO, recebendo o Nº 00985/2020 - CONSERVADOS - SUCATAS APROVEITÁVEIS, de veículos nos pátios vinculados ao DETRAN-MG, presidido pelo Leiloeiro Administrativo WILLIAN CESAR IRENO e demais Leiloeiros Administrativos, descritas na Portaria/Resolução nº 001, de 9 de Agosto de 2019, que conduzirão a hasta pública, assistido pela Comissão de Leilão do DETRAN-MG, instituída pela Portaria nº 001, publicada no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais em 9 de Agosto de 2019, sendo o evento regido pelas normas gerais da Lei Federal nº 8.666, de 21 junho de 1993, e suas alterações posteriores, no que couberem, para alienação, pela melhor oferta individual de cada bem, no estado em que se encontram, de acordo com as regras e disposições deste ato convocatório.

1 - Cláusula Primeira - Do Objeto do Leilão:

1.1 - Os objetos deste processo de leilão são veículos apreendidos e recolhidos em pátios, discriminados individualmente no anexo único deste Edital, onde, também, constará o valor de avaliação de cada um e a sua condição (se conservado ou sucata);

1.2 - No anexo único deste Edital será indicada a situação atual de cada veículo, especificando se o veículo é conservado ou sucata, objeto deste leilão;

1.3 - O veículo considerado CONSERVADO é aquele que se encontra em condição de segurança para trafegar, desde que o arrematante tome todas as providências necessárias, no prazo e forma exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503/97), e resolução elencada no preâmbulo deste Edital, para colocá-lo novamente em circulação;

1.4 - O veículo considerado SUCATA é aquele que se encontra impossibilitado de voltar a circular ou cuja autenticidade de identificação ou legitimidade da propriedade não restar demonstrada, não tendo direito à documentação;

1.5 - Os veículos classificados como SUCATAS, incluídos neste leilão, são divididos em:

1 - Sucatas aproveitáveis: são aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com inutilização de placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo - registro VIN;

II - Sucatas aproveitáveis com motor inservível: são aquelas cujas peças poderão ser reaproveitadas em outro veículo, com exceção da parte do motor que conste sua numeração, devendo ser inutilizadas as placas e chassi em que conste o Número de Identificação do Veículo, registro VIN;

1.6 - O veículo considerado SUCATA, não poderá voltar a circular, devendo ser baixado conforme estabelecido no subitem 11.5;

1.7 - Os lotes de números 6, 15, 16, 34, 51, 98, 148, 173, 202, 235, 262, 357 e 379 foram excluídos deste processo em razão de inconformidades apresentadas durante o levantamento dos bens a serem leiloados;

1.8 - Os lotes de números 3, 170, 215, 216, 219, 221, 223, 229, 247, 254, 255, 280, 281, 284, 288, 294, 295, 298, 300, 335, 336, 338, 341, 343, 346, 347, 358, 362 e 397, possuem blocos de motor inservível para uso na sua forma original devendo ser destruídos pelo arrematante; portanto são sucatas aproveitáveis com motor inservível, conforme descrito no subitem 1.5, II;

2 - Cláusula Segunda - Das Disposições Legais:

2.1 - A presente alienação visa dar cumprimento ao disposto na legislação vigente, em especial, o Código de Trânsito Brasileiro, Lei Federal nº 9.503/97, art. 328, Caput, §§ 14 e 15, e a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito nº 623/2016;

2.2 - Aplica-se no que couber, a Legislação pertinente à matéria: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações das Leis nº 8.883, de 8 de junho de 1994, e nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999; Lei Federal nº 12.977, de 20 de maio de 2014; Decreto Federal nº 1.305, de 9 de novembro de 1994; Lei Estadual nº 14.937, de 23 de dezembro de 2003; Decretos Estaduais nº 43.824, de 28 de junho de 2004, e nº 44.806, de 12 de maio de 2008; Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito nº 179, de 7 de julho de 2005, e nº 623, de 6 de setembro de 2016.

3 - Cláusula Terceira - Do Lance Inicial:

3.1 - O lance inicial terá por base o valor mínimo avaliado e discriminado individualmente no anexo único deste Edital;

3.2 - Os interessados em condições de participação efetuarão lances, a partir do preço mínimo de avaliação constante no anexo único deste Edital, considerando vencedor o licitante que houver feito a maior oferta aceita pelo Leiloeiro, desde que satisfaça as condições estabelecidas nas Cláusulas constantes neste Edital;

3.3 - Somente serão aceitos lances presenciais;

3.4 - Uma vez aceito o lance, não se admitirá a sua desistência.

4 - Cláusula Quarta - Da Data, Horário, Local e Visita:

4.1 - O LEILÃO será realizado no(a) ESCOLA MUN PROFESSORA BRITHES MESQUITA, situado(a) na Rua Aberto Deodato Maia Barreto, 527 - Bairro Esplanada, Rio Pardo de Minas - MG, no(s) dia(s) 22 de Janeiro de 2020, com início dos trabalhos marcados para as 08:00 horas, conforme disposto abaixo:

1 - no dia 22 de Janeiro de 2020, será(ão) colocado(s) a venda e o(s) veículo(s) recolhido(s) no pátio denominado GARAGEM E REBOQUE GARRA DO TIGRE, compreendendo os lotes de número 1 ao de número 411;

4.2 - A VISITA ao pátio PARA INSPEÇÃO VISUAL dos veículos poderá ser feita pelos interessados no(s) dia(s) 17 a 21 neste mesmo mês e ano, no horário de 08:30 às 17:00 horas, em seu respectivo endereço, a saber:

1 - GARAGEM E REBOQUE GARRA DO TIGRE - ESPLANADA, situado no(a) Rua Silva Carmo, nº 814 - - FIRMA, Bairro Esplanada, Rio Pardo de Minas-MG;

4.3 - É assegurado a todo interessado o direito de inspecionar, visualmente, todos os veículos automotores, nos dias e horários indicados na Cláusula Quarta, subitem 4.2, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens, objetos do presente leilão.

5 - Cláusula Quinta - Do Leiloeiro:

5.1 - A Hasta Pública (Leilão Público) será conduzida e levada a efeito pelo Leiloeiro Administrativo, WILLIAN CESAR IRENO, matriculado sob o número 7334587634, conforme o disposto no preâmbulo deste Edital, que se incumbirá de desenvolver o procedimento, nos dias, horários e locais, conforme preconizado neste Edital.

6 - Cláusula Sexta - Das Condições De Participação:

6.1 - Poderá participar desta licitação de veículo considerado CONSERVADO, qualquer pessoa física maior de 18 (dezoito) anos ou emancipada, ou pessoa jurídica, exceto as pessoas citadas na Cláusula Décima Sexta, subitem 16.2;

6.2 - Poderão participar do leilão de veículo considerado SUCATA, somente as pessoas jurídicas cujo objeto social seja a desmontagem de veículos automotores e estejam devidamente credenciadas junto ao DETRAN-MG, condição que será verificada pela Comissão de Leilão local mediante apresentação da respectiva Certidão de Credenciamento.

7 - Cláusula Sétima - Dos Procedimentos do Leilão:

7.1 - O leilão será realizado por Leiloeiro Administrativo do DETRAN-MG procedendo-se na forma da legislação pertinente, com acompanhamento da Comissão de Leilão do DETRAN-MG;

7.2 - Nos locais, horários e dias aprazados, o(a) Leiloeiro(a) Administrativo(a) dará início aos trabalhos, procedendo-se ao pregão, obedecida a ordem dos veículos ou dos lotes de veículos especificados no ANEXO ÚNICO deste Edital, para se aferir a melhor oferta, tomando-se por base o valor da avaliação;

7.3 - Com o objetivo de tornar mais célere o procedimento, o(a) Leiloeiro(a) Administrativo (a) poderá alterar a ordem dos veículos ou dos lotes de veículos especificados no ANEXO ÚNICO deste Edital;

7.4 - Os intervalos dos lances serão definidos pelo Leiloeiro Administrativo;

7.5 - A simples oferta de lance implica na aceitação expressa pelo ofertante de todas as normas estabelecidas neste Edital, nas condições de venda e pagamento do leilão;

7.6 - Após o pagamento do preço ofertado, o DETRAN-MG emitirá a Nota de Arrematação correspondente;

7.7 - A presente licitação transferirá o domínio e a posse dos veículos automotores relacionados no anexo único, livres e desembaraçados de todos e quaisquer ônus, exceto DPVAT, no estado de conservação em que se encontram, não cabendo, em nenhuma hipótese, ao Estado de Minas Gerais qualquer responsabilidade quanto à conservação ou reparo dos mesmos;

7.8 - Encerrado o leilão, será lavrada ata circunstanciada, na qual figurarão os bens vendidos, bem como a correspondente identificação dos Arrematantes e os trabalhos de desenvolvimento da licitação, em especial os fatos relevantes;

7.9 - A ata será assinada pelo Presidente da Comissão de Leilão e pelo Leiloeiro Administrativo.

8 - Cláusula Oitava - Do Pagamento:

8.1 - O recolhimento do pagamento será feito pelo Arrematante, em até 3 (três) dias úteis, após o arremate do lote, através de Documento de Arrecadação Estadual - DAE, da Secretaria Estadual da Fazenda de Minas Gerais - SEF, em qualquer banco conveniado com o Estado de Minas Gerais;

8.2 - Todos os pagamentos efetuados somente serão considerados quando o valor estiver efetivamente transferido para a Secretaria Estadual da Fazenda de Minas Gerais.

9 - Cláusula Nona - Das Obrigações:

9.1 - O licitante, ao arrematar um lote de bem CONSERVADO, deverá apresentar o documento de identidade ao anotador para emissão do Documento de Arrecadação Estadual (DAE);

9.2 - O Arrematante de SUCATA deverá apresentar o documento de identidade e o documento de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

9.3 - O Arrematante que não comparecer à mesa, no prazo de 15 minutos, ou que não apresentar os documentos indicados nos subitens 9.1 e 9.2, ambos desta Cláusula, ou, ainda, que não efetuar os pagamentos devidos em consonância com as exigências contidas nos subitens 8.1, 8.2, 10.3, 10.4 e 10.9, além de perder o direito ao bem ou ao lote de bens, também sujeitar-se-á às penalidades previstas nos art. 87 e seguintes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993;

9.4 - Caberá ao Arrematante, nos termos da legislação de trânsito vigente, na hipótese de se tratar de veículo CONSERVADO, que poderá voltar a circular, promover a sua transferência no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da Carta de Arrematação, e atendidas às demais exigências legais (art. 123, do CTB - Lei Federal nº 9.503/97), exceto nos casos em que a extrapolação do prazo se der pela mora na desvinculação das restrições à transferência existentes antes da data do leilão, hipótese em que o prazo supracitado passará a contar da data da desvinculação da última restrição, situação que deverá ser verificada pela respectiva autoridade policial no ato da transferência.

9.5 - O Arrematante é responsável pela utilização e destino final dos bens objetos deste leilão e demais resíduos gerados, e responderá, civil e criminalmente, pelo uso ou destinação em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital;

9.6 - É proibido ao Arrematante ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar os bens arrematados, antes da confecção da Nota de Arrematação e da retirada dos bens.

10 - Cláusula Décima - Da Arrematação:

10.1 - Será considerada Arrematante a pessoa natural ou jurídica, que oferecer pelo veículo ou pelo lote de veículos o lance de maior valor;

10.2 - O Arrematante deverá procurar a Comissão de Leilão do DETRAN-MG para a emissão da Nota de Arrematação, após o pagamento do Documento de Arrecadação Estadual - DAE;

10.3 - Após o pagamento do preço ofertado, o DETRAN-MG emitirá a Nota de Arrematação correspondente, na qual deverá constar:

I - Se pessoa natural, o nome completo do Arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, o número da Carteira de Identidade, o endereço completo, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o estado e o Código de Endereçamento Postal - CEP;

II - Se pessoa jurídica, a razão social da empresa Arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o estado e o Código de Endereçamento Postal - CEP;

III - Termo de ciência e responsabilidade assinado pelo Arrematante, de que o bloco do motor dos lotes números: 3, 170, 215, 216, 219, 221, 223, 229, 247, 254, 255, 280, 281, 284, 288, 294, 295, 298, 300, 335, 336, 338, 341, 343, 346, 347, 358, 362 e 397, são inservíveis para uso na sua forma original, devendo ser destruídos pelo Arrematante;

10.4 - No momento da emissão do DAE - Documento de Arrecadação Estadual, o qual será utilizado para o(s) pagamento(s) devido(s) pelo Arrematante, indicado(s) nos subitens 8.1 e 8.2, deverá(ão) ser efetuado(s) mediante a prévia apresentação dos seguintes documentos:

I - Sendo pessoa natural: Carteira de Identidade, prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, e comprovante de endereço;

II - Sendo pessoa jurídica: registro comercial, no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no